



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Saúde

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 428

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Definição do objeto

1.1. Identificação do requisitante:

Órgão Requisitante:	Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro
Endereço da Requisitante:	Rua Afonso Cavalcanti, 455, 8º andar, Sala 809 - Cidade Nova - RJ.
Área responsável pela demanda:	S/SUBPAV/SVS/CSVSA
Nome do responsável pela demanda:	Rafael Pinheiro
E-mail do Responsável:	csvsa.smsrio@gmail.com / Tel.: (21) 2589-4019
Data:	04/08/2025

1.2. Detalhamento do objeto:

Constitui a presente **aquisição de Inseticida Larvicida, classe 6840**, utilizado na rotina de trabalho dos Agentes de Combate às Endemias para o controle de larvas de mosquitos, incluindo o *Aedes aegypti* e o *Aedes albopictus*, nas ações de prevenção e controle das arboviroses transmitidas por esses vetores.

1.3. Quantidades, descrição e codificações do objeto:

A quantidade demandada foi definida pelo órgão requisitante, tomando por base a necessidade do órgão. A estimativa foi retirada do Documento de Formalização de Demanda (DFD). Segue abaixo quadro do item com codificação, especificação e quantidade considerando a medida sendo a própria unidade do material. Segue abaixo quadro descritivo:

1.3.1 As entregas ocorrerão de forma centralizada e parcelada, conforme necessidade da Unidade requisitante e deverão ser realizadas no endereço da Unidade de acordo com o **ANEXO I**;

ITEM	CÓDIGO BR	CÓDIGO SMA	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNID.	QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA (ANUAL + IST de 25%)	PARTICIPAÇÃO
1	434764	68400200570	INSETICIDA NATURALAR DT, ESPINOSADE, CONCENTRAÇÃO 7, 48, ACGIH 2021, NIOSH, OSHA.	PASTILHA	337.500	Ampla Concorrência
2	434764	68400200570	INSETICIDA NATURALAR DT, ESPINOSADE, CONCENTRAÇÃO 7, 48, ACGIH 2021, NIOSH, OSHA.	PASTILHA	37.500	Reserva de Cota ME/EPP

1.4. Natureza do objeto:

Bem comum de acordo com o Art. 2º, Inciso II do Decreto nº 51.078/2022 e nos termos do artigo 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência (TR), por meio de especificações usuais do mercado.

1.5. Prazo da ATA e possibilidade de prorrogação:

O prazo da Ata é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada de acordo com o prescrito para o tema na Lei nº 14.133/2021.

2. Fundamentação técnica da aquisição e referência ao Estudo Técnico Preliminar (ETP):

O presente Termo de Referência (TR) foi construído com base em Estudo Técnico Preliminar (ETP).

Fundamentação Técnica:

A aquisição do Inseticida Larvicida Espinosade se faz necessária para fortalecer as ações de Vigilância e controle das arboviroses, visando à redução da infestação dos mosquitos da dengue, ou seja, os vetores *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*, principais transmissores de doenças como dengue, zika e chikungunya. Deste modo, certamente o Inseticida Larvicida Naturalar DT Espinosade concentração 7,48%, trata-se de um produto muito eficiente para o controle de formas imaturas de mosquitos transmissores de dengue (*Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*) e outras arboviroses, evitando desta forma que novos mosquitos da dengue sejam gerados, portanto diminuindo a infestação por estes animais da fauna sinantrópica. Considerando que este produto será utilizado para o tratamento de criadouros que não possam ser removidos em atividades de rotina para a diminuição da infestação, de controle de transmissão de arboviroses, bem como de atendimentos de reclamações.

Trata de um produto de origem biológica, homologado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), para tratamento inclusive de reservatório de água para o consumo humano e recomendado pelo Ministério da Saúde (MS), de alta seletividade para o controle de larvas de mosquitos sem afetar outros grupos de animais. Considerando, que este produto é recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e indicado pelo Ministério da Saúde (MS), mas hoje não há o repasse pelos mesmos.

Assim sendo, sabemos que, com a aquisição deste produto podemos assegurar um maior período de efetividade no combate ao mosquito da dengue, evitando desta forma, maior proliferação de mosquitos transmissores e, portanto, mitigando a sua dispersão e a transmissão aos arredores de locais criadouros, ou seja, este diferencial é vital para evitar a proliferação descontrolada de mosquitos transmissores, evitando a dispersão do vetor e a transmissão de doenças nas áreas adjacentes aos focos de difícil remoção em atividades de rotina.

3. Descrição da solução como um todo, considerando todo o ciclo de vida do objeto:

O ciclo de vida do objeto, neste caso, se define pela validade do produto atrelada ao seu consumo.

A solução apresentada trata o presente objeto como a alternativa mais viável para atender à pretensão descrita, consistindo na **aquisição de Inseticida Larvicida, classe 6840**, utilizado rotineiramente pelos Agentes de Combate a Endemias no controle de larvas de mosquitos, incluindo o *Aedes aegypti* e o *Aedes albopictus*. O produto será empregado nas ações de prevenção e controle das arboviroses transmitidas por esses vetores, contribuindo para a redução da infestação e a interrupção do

desenvolvimento larval, resultando na eliminação das larvas antes que se tornem mosquitos adultos. Dessa forma, busca-se evitar surtos endêmicos e epidemias no Município do Rio de Janeiro. A seguir, apresenta-se o detalhamento da aquisição:

3.1. NATULARTMDT, ESPINOSADE, CONCENTRAÇÃO 7,48, ACGIH 2021, NIOSH, OSHA.

Larvicida utilizado nas visitas domiciliares para prevenção e controle do *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*. NATULAR DT é um produto para controle de larvas de mosquitos. Seu ingrediente ativo, Espinosade, é derivado da fermentação biológica de *Saccharopolyspora spinosa*, um organismo de ocorrência natural no solo. NATULAR DT é eficaz contra *Aedes aegypti*, *Aedes albopictus* e *Culex quinquefasciatus*.

Tipo de Formulação:

Tabletes em 02 camadas para aplicação em contêineres com água, 1 camada efervescente para ação imediata e outra de liberação lenta para ação residual até 60 dias.

Formulação:

A formulação DT apresenta uma concentração de 7,48% de princípio ativo em forma de pastilhas de 1,35g, com duas camadas, sendo uma camada efervescente para ação imediata e outra de liberação lenta para ação residual, para o controle de *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*.

MANUSEIO E ARMAZENAMENTO

Modo de uso:

Use Natular DT a dose de 1 pastilha para cada recipiente de 1 a 200 litros de água. Reaplicar a cada 60 dias ou quando necessário.

Prevenção da exposição do trabalhador:

Manter pessoas, principalmente crianças e animais domésticos longe do local de trabalho. Não comer, beber ou fumar durante o manuseio do produto. Não utilizar equipamentos de proteção individual e de aplicação danificados e /ou defeituosos. Não desentupir bicos, orifícios, tubulações e válvulas com a boca. Não manipular e/ou carregar embalagens danificadas. Não aplicar sobre alimentos e utensílios de cozinha, plantas e aquários. Não reutilizar embalagens vazias.

Precauções para manuseio seguro:

Utilizar EPI. Evitar inalação, ingestão e contato com a pele e olhos. Usar roupa protetora adequada, luvas, proteção ocular e/ou respiratória.

Orientações para manuseio seguro:

Utilizar EPI. Manusear o produto com exaustão local apropriada ou em área bem ventilada, se em ambientes abertos manuseá-lo a favor de vento. No caso de sintomas de intoxicação, interromper imediatamente o trabalho.

INFORMAÇÕES TOXICOLÓGICAS: Aspectos toxicológicos (saúde humana e meio ambiente)

Toxicidade aguda:

DL50 Oral em ratos: >2000 mg/kg.

DL50 Dérmica em ratos: >4000 mg/kg.

CL50 Inalatória: não há dados disponíveis.

Toxicidade crônica:

Mutagenicidade: teste de Ames negativo para as cepas TA98; TA100;

TA102; TA1535; TA1537 de *Salmonella typhimurium*.

Carcinogenicidade:

Espinosade: não causou câncer em animais de laboratório.

Efervescente 1: não há dados disponíveis

Efervescente 2: Experimentos em animais não indicaram qualquer evidência de características carcinogênicas.

Toxicidade à reprodução: é improvável que cause defeitos ao nascimento.

Mesmo para exposições que resultem em efeitos adversos à mãe, não deverá causar efeitos no feto.

Toxicidade sistêmica para órgão-alvo - Exposição única:

Espinosade: não há dados disponíveis

Efervescente 1: não há dados disponíveis

Efervescente 2: irritante ao trato respiratório.

Toxicidade sistêmica para órgão-alvo - Exposição repetida: não há dados disponíveis.

Perigo de aspiração: não há dados disponíveis.

Principais Sintomas:

A ingestão de grandes quantidades do produto pode causar sintomas gerais como náusea, diarreia, vômito e dor abdominal. O contato direto e/ou prolongado do produto com os olhos e pele pode causar irritação, vermelhidão e desconforto. A inalação de grandes quantidades de poeira pode causar irritação ao nariz, garganta, pulmões e trato respiratório superior.

O presente caso traz aquisição com a utilização do procedimento auxiliar de Sistema de Registro de Preços (SRP), tendo este como finalidade registrar o preço do respectivo material, tratando-se de uma maneira de seguir os princípios da eficiência e da economicidade, atingindo um resultado mais vantajoso, observando os critérios mínimos de qualidade estabelecidos (art. 9º da IN SEGES/ME nº 73/2022 e Decreto nº 51.078/2022).

4. Requisitos para aquisição:

4.1. Base Legal:

O presente procedimento segue sob a luz da nova Lei de Licitações de nº 14.133/2021, Decreto Rio nº 51.078/2022 e demais normativas aplicáveis ao tema em voga e suas atualizações ou alterações, tais como:

- **MINISTÉRIO DA SAÚDE. Nota Técnica Nº 10/2021-CGARB/DEIDT/SVS/MS:** Orientações técnica para utilização do larvicida Espinosade para o controle de *Aedes aegypti*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021.

4.2. Modalidade:

Será adotada a modalidade pregão na forma eletrônica em conformidade com a Lei Federal 14.133/21 e Decreto Rio nº 51.078/2022.

4.3. Critério de julgamento:

Será adotado o critério de menor preço por item.

4.4. Sustentabilidade:

Deverão ser seguidos os parâmetros de responsabilidade socioambiental devendo os critérios de sustentabilidade da demanda estar alinhados à diretriz do art. 5º da Lei 14.133/2021, Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União e normativos correlatos.

4.5. Justificativa para escolha da modalidade, do critério de julgamento e do modo de disputa atrelados a melhor proposta e ciclo de vida do objeto:

Para a definição da modalidade de licitação, do critério de julgamento, do modo de disputa indicando a adequação desta combinação e fundamentos utilizados para a escolha, segue justificativa:

A pretendida aquisição, descrita neste termo, como de bem de natureza comum, é aquela cujos padrões de desempenho, e qualidade, podem ser objetivamente definidos pelo edital/termo de referência, por meio de especificações usuais de mercado (art. 2º, II do Decreto nº 51.078/2022).

Será adotada a modalidade pregão na forma eletrônica em conformidade com o art. 17 da lei 14.133/21 e com o definido em Decreto nº 51.078/2022, art. 1º, I para o tema.

O mesmo Decreto em seu art. 2º, I prescreve o pregão como modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, tema também tratado no art. 4º, cujo critério de julgamento poderá ser o de “menor preço” ou o “maior desconto”, sendo o definido neste caso, o de menor preço por item.

O modo de disputa “aberto e fechado” é tratado no art. 31, II e art. 33 do Decreto nº 10.024/2019 e no Decreto nº 51.078/2022 no art. 24, II, sendo cabível para o critério de julgamento de menor preço por item adotado neste termo (ou em caso de alterações legais o modo de disputa compatível com o critério de julgamento e objeto).

O ciclo de vida do objeto, neste caso, se define pela validade do produto atrelada ao seu consumo.

Portanto a forma de combinação dos parâmetros da modalidade, critério de julgamento e modo de disputa adotado, traz a celeridade do primeiro, associada à ideia de aumentar a oportunidade de os licitantes por meio do envio de lances e propostas, permitindo à administração o atingimento do resultado mais vantajoso, observando os critérios mínimos de qualidade estabelecidos (art. 9º da IN SEGES/ME nº 73/2022 e Decreto nº 51.078/2022).

Vale dizer que o afirmado encontra motivação na necessidade de compreender o prescrito na Lei nº 14.133/2021 de forma concatenada e, não, como dispositivos desagregados. A análise para tal combinação deve ser feita de maneira a encará-la como um todo, para dar maior base para sua aplicação. Assim, a relação entre os parâmetros imprime maior solidez ao procedimento, resultando em eficiência, isonomia e economicidade para a contratação/aquisição, fomentando a ampliação da competição com melhores lances.

4.6. Justificativa da adoção do Procedimento Auxiliar de Sistema de Registro de Preços (SRP):

Relacionada à adoção do sistema em voga, a justificativa se baseia no fato de que não haverá esgotamento da estimativa total na primeira compra por se tratar de regime de entrega de acordo com a necessidade da Unidade, além da questão da dotação orçamentária, com a definição do tema pela figura do Ordenador de despesas/Gestor que indicará de acordo com o aporte disponível o prosseguimento adequado.

O Tribunal de Contas da União já se manifestou acerca das vantagens da adoção do Registro de Preços, ao afirmar que tal sistema tem por objetivo a materialização da celeridade e da economicidade. Vejamos:

“A celeridade fica caracterizada pelo fato de não ser necessário orçamento prévio para a utilização do SRP. Assim, a Administração pode realizar a licitação e aguardar a liberação dos recursos para efetivar a contratação da empresa vencedora do certame. Esta vantagem toma maior relevância ao se considerar que, muitas vezes, o Congresso Nacional não aprova a Lei Orçamentária antes do final do exercício anterior.

A economia é decorrente, principalmente, da realização de um único certame licitatório para diversas contratações. Dessa forma, Marçal Justen Filho explica in ‘Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos’, que, utilizando o SRP, ao se deparar com a necessidade de realizar aquisições reiteradas e contínuas de produtos semelhantes, a Administração não precisa realizar uma nova licitação para cada aquisição, bastando um único procedimento licitatório.

Pelas vantagens que o SRP apresenta, o Tribunal de Contas da União proferiu, por diversas vezes, recomendações/determinações a órgãos e entidades com o fim de estimular a utilização dessa sistemática. Dentre os Acórdãos proferidos pode-se citar: Acórdãos Plenário nºs. 158/2003, 1365/2003 e 214/2006; Acórdãos Primeira Câmara nºs. 1586/2003, 2366/2003, 2521/2003 e 2582/2005.”

Conforme exposto, no âmbito da União, a respectiva Corte de Contas reconhece e estimula que a sistemática do registro de preços seja adotada pelos órgãos e entidades cujas atividades estejam sob seu controle, em decorrência das vantagens apresentadas por tal sistema.

Ademais, como no enunciado, não haverá o esgotamento do total na primeira compra e a entrega se dará de forma parcelada de acordo com a necessidade.

4.6.1. Das condições para o registro de preços

4.6.1.1 Definição de máximo e mínimo conforme cita o artigo 82, I e II da Lei nº 14.133/2021: O máximo se define pela própria estimativa total do item, em respeito ao critério de julgamento adotado de menor preço por item. Não há mínimo a ser cotado, considerando que cada item será cotado em sua totalidade, para que não haja qualquer risco de prejuízo ou comprometimento da demanda, até mesmo pelo cunho do material em questão que trata de larvicida para reduzir a infestação do mosquito *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus* interrompendo o desenvolvimento larval, resultando na morte das larvas, para não se tornarem mosquitos adultos, mas ressalvada a questão legal da reserva de cota ou cota exclusiva em caso de cabimento. A afirmação de não aplicação do mínimo a ser cotado, não afasta a utilização do procedimento auxiliar de Registro de Preços, considerando que, embora deva haver cotação do item em sua totalidade, não se esgotará o todo na primeira compra, pois a entrega se dará de forma parcelada, além de ser levada em conta a economia de escala para o feito.

4.6.1.2 Previsão da possibilidade de diferentes preços conforme cita o artigo 82, III da Lei nº 14.133/2021: Não será permitida a apresentação de propostas com preços diferentes pelo(s) fornecedor(es) tendo em vista a inexistência de elementos que possibilitem suas variações em razão de entregas em locais distintos dentro do município, ou pela forma e/ou local de acondicionamento, ou por conta do tamanho do lote/item; bem como por quaisquer outros motivos.

4.6.1.3 Previsão da possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela, conforme cita o artigo 82, IV da Lei nº 14.133/2021: Não aplicável, pois, embora, o item seja considerado divisível para fins de atendimento à cota de ME e EPP (em caso de enquadramento para tal) a possibilidade de o licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo se mostra inviável, já que as estimativas totais de cada item, sejam por cota ou ampla concorrência, deverão ser atendidas por um fornecedor (levando em conta cada item), sob pena de prejuízo à economia de escala gerando maior dispêndio à Administração Pública e risco de não atendimento à demanda, não se confundindo com a justificativa exarada para o inciso II do mesmo artigo, porquanto o que aqui se vislumbra é o atendimento de cada item em sua plenitude e, não, a menor, embora a entrega venha a se dar de forma parcelada.

4.6.1.4 Da possibilidade de registro de mais de um prestador/fornecedor conforme cita o artigo 82, VII da Lei nº 14.133/2021: Será permitido o cadastro de reserva de fornecedor(es) que aceitar(em) cotar o objeto em preço igual ao do vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, desde que observada(s) a(s) impossibilidade(s) de atendimento pelo primeiro colocado em qualquer dos casos elencados nos incisos I, II, IV, V, VI e VII do art. 79 do Decreto Rio nº 51.078, de 2022.

4.7. Validade:

Os produtos deverão ser entregues acondicionados adequadamente em embalagens originais, contendo: procedência, marca, prazo de validade, entre outros (no que couber), e de acordo com a legislação em vigor, observadas as suas especificações. Os produtos deverão ter, na data da entrega, no mínimo 80% (oitenta por cento) do seu prazo de validade ainda por vencer, com a data de validade impressa em cada item, em caso de cabimento.

4.8. Amostras/Catálogo:

Haverá cabimento para exigência de amostra/catálogo, considerando envio do produto ou do catálogo para avaliação por parte da área demandante visando atendimento e satisfação da necessidade, considerando a relevância do material para o atendimento das Unidades da Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

4.8.1. O licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta, o catálogo técnico original do fabricante, ou documento equivalente, que comprove de forma clara e inequívoca as especificações do produto ofertado;

4.8.1.1. O catálogo técnico deverá conter, obrigatoriamente:

- Nome do fabricante;

- Marca, modelo e código de referência do produto a ser ofertado;
- Descrição detalhada das especificações técnicas do produto;
- Indicação dos padrões de qualidade e normas técnicas aplicáveis;
- Imagens coloridas e ilustrativas, de boa resolução, que permitam identificar claramente as características do produto.

O catálogo técnico será utilizado como instrumento de validação da compatibilidade entre o produto ofertado e as exigências técnicas do Termo de Referência, servindo como base de conferência e fiscalização no ato do recebimento dos itens.

4.9. Apresentação de amostras:

Cabe à administração, solicitar ao licitante melhor classificado a apresentação de amostra física do item ofertado ou catálogo, no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da notificação formal, prorrogáveis, automaticamente, por igual período, desde que o licitante comprove, tempestivamente, o envio da amostra, através do chat do certame dentro do prazo de três dias iniciais.

4.10. Identificação da amostra:

Cada amostra deverá conter, no mínimo, as seguintes informações de identificação na parte externa:

- a) Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro;
- b) Nome da empresa;
- c) Licitação n.º ____ / 202 ____;
- d) Item n.º ____;
- e) Lote Comercial n.º ____;

4.11. Ausência de identificação da amostra:

A ausência das identificações mínimas relacionadas à amostra ou aos catálogos na forma indicada no subitem anterior poderá ensejar a desclassificação da interessada.

4.12. Critério de seleção do fornecedor e qualificação técnica:

A seleção do fornecedor seguirá por Pregão eletrônico, com critério de julgamento de menor preço por item, objeto de natureza comum. Deverão ser entregues na etapa devida as amostras/catálogo e documentações necessárias, a serem listadas em Termo de Referência (TR) para habilitação do fornecedor.

4.13. Avarias:

Os itens entregues em desacordo com as especificações e quantitativos do presente Termo ou que **apresentem avarias serão rejeitados** parcialmente ou totalmente, conforme o caso, obrigando-se a empresa a substituí-lo(s) no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir da data da notificação por parte da Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

4.14. Documentação técnica exigida:

4.14.1. Documentos exigidos para qualificação técnica, do medicamento, em caso de intoxicação ou exposição ao Inseticida Larvicida:

- Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ) atualizada junto com o produto – obrigatória para todo Inseticida Larvicida registrado na ANVISA.

4.14.2. Documentos sanitários das empresas produtoras e/ou distribuidoras:

Os licitantes deverão também encartar no processo, os documentos sanitários abaixo, compatíveis com o objeto que se deseja adquirir, tais como:

- Autorização de funcionamento da empresa, emitida pelo Ministério da Saúde do Brasil, conforme Art.50 da Lei Federal nº 6360/1976 e Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013;
- Licença de Funcionamento conferida pelo Órgão Sanitário da respectiva unidade da federação (Art.51 da Lei Federal 6360/76 e Decreto nº 8.077, de 14 de agosto de 2013);
- Em se tratando de empresas distribuidoras ou que exerçam quaisquer das atividades descritas nos Artigos 21, da Lei 5991/73 e 14, do Decreto 74170/74, será necessária a apresentação da Licença de funcionamento conferida pelo Órgão Sanitário da respectiva unidade da federação;
- Certificado de Registro do produto no Ministério da Saúde e/ou Ministério da Agricultura e/ou ANVISA;
- Cópia do Relatório Técnico e da Bula do produto;
- Que no rótulo traga as especificações quanto ao nome de produto, data de fabricação, prazo de validade, número de lote ou da partida, informações para venda e emprego (venda direta ao consumidor ou a entidades especializadas prestadoras de serviço), conforme Resolução ANVS/RDC nº 326, de 09 de novembro de 2005;
- Cada embalagem do produto deverá trazer no rótulo o nome do produto e as demais informações constantes do Anexo I da RDC nº 184 - Norma Geral para Rotulagem de Produtos Saneantes Domissanitários da ANVISA e da RDC 693 Rotulagem de Produtos Desinfetantes Domissanitários;
- O rótulo deverá manter-se inalterado ao contato com a água evitando dúvidas quanto aos dizeres e assegurando ao usuário a perfeita leitura das informações necessárias;
- As embalagens secundárias devem ser resistentes e adequadas para suportar o manuseio e as condições de transporte e de estocagem recomendadas, sem romper-se;
- A capacidade de empilhamento da embalagem deverá estar claramente indicada na parte exterior da embalagem secundária, assim como quaisquer outros cuidados que devam ser tomados na hora do armazenamento do produto, como proteção contra calor e umidade;
- Os produtos deverão ser entregues pelos fabricantes, representantes ou fornecedores juntamente com uma via da Ficha de Informações de Segurança de Produto Químico (FISPQ) e uma via adicional do Boletim Técnico e do Laudo Técnico.

5. Modelo de execução do objeto para a aquisição, definindo como os resultados serão produzidos desde seu início até o seu encerramento:

Item a ser fornecido pela Empresa visando os resultados pretendidos, com entrega em até 30 (dias) dias corridos, contados após assinatura pertinente. Assim, seguirá o atingimento de resultados preservando o patrimônio público, visto que a redução da infestação de mosquito *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus* promove controle das arboviroses transmitidas por esses vetores.

6. Modelo de gestão com apontamento da fiscalização da aquisição:

6.1. Obrigações do Fornecedor

- 6.1.1 Entregar o objeto deste Termo de Referência (TR) na forma e prazo estabelecidos, mediante apresentação da Nota Fiscal devidamente preenchida, constando detalhadamente as informações necessárias, conforme proposta da empresa e obedecendo ao prescrito na descrição do produto;
- 6.1.2 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições de consumo, em estrita observância às especificações deste Termo de Referência (TR);
- 6.1.3 Assumir a responsabilidade por toda a logística de entrega;

- 6.1.4** Providenciar a correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela Fiscalização na entrega do objeto;
- 6.1.5** Cumprir as demais disposições contidas neste Termo de Referência (TR);
- 6.1.6** Garantir a qualidade do produto e a efetividade do fornecimento;
- 6.1.7** A Empresa deverá fornecer o produto de acordo com a solicitação, através de ordem de fornecimento, consubstanciada em ofício, que deverá conter data de expedição, quantidade pretendida, local e prazo para entrega, preços unitários e totais, carimbo e assinatura do responsável pela requisição;
- 6.1.8** O produto deverá ser entregue acondicionado adequadamente em embalagem original, contendo: a procedência, a marca, o prazo de validade, entre outros (no que couber), e de acordo com as legislações em vigor, observadas as suas especificações;
- 6.1.9** As empresas deverão, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas e às suas expensas, proceder à substituição, troca ou reposição dos materiais que porventura forem entregues danificados ou não compatíveis com as especificações deste Termo de Referência (TR).

6.2. Obrigações da Administração e Fiscalização

- 6.2.1** Acompanhar, verificar, fiscalizar e intervir, para assegurar a fiel observância de suas cláusulas, bem como o que consta das especificações deste Termo de Referência (TR);
- 6.2.2** Fiscalizar a entrega dos materiais através de servidor especialmente designado para este fim por intermédio do Gestor, de acordo com a Lei nº 14.133/2021;
- 6.2.3** O Fiscal deverá comunicar à Autoridade Superior, quaisquer ocorrências passíveis das sanções administrativas prevista em Termo de Referência (TR) e Edital e que ultrapassem a sua competência;
- 6.2.4** Verificar, fiscalizar e intervir quando do recebimento da fatura discriminativa quando constar alguma discrepância em relação à aquisição em desconformidade ou relacionado às diferenças entre o estabelecido e o entregue;
- 6.2.5** Reservar local apropriado para o recebimento do objeto deste documento;
- 6.2.6** Receber o objeto de acordo com as especificações descritas neste documento.

7. Critérios de medição e pagamento

7.1. Sanções:

7.1.1 A recusa em retirar e/ou formalizar o Instrumento cabível e/ou pelo descumprimento total ou parcial do Termo de Referência, caracterizando inexecução total ou parcial, o fornecedor, sem prejuízo de responsabilidade civil e criminal que couber garantida a defesa prévia, ficará sujeita às seguintes sanções e penalidades previstas na legislação vigente, com base no art. 156 e demais pertinentes da Lei Federal nº. 14.133/2021:

- (a) Advertência;
- (b) Multa;
- (c) Impedimento de licitar e contratar;
- (d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.2. Glosas:

- 7.2.1** Entende-se por glosa o desconto a ser efetivado em razão dos descumprimentos dos itens citados neste Termo de Referência (TR) e Edital Licitatório, a critério da autoridade competente.
- 7.2.2** A glosa não se confunde com as retenções e sanções a serem aplicadas eventualmente.
- 7.2.3** As glosas serão efetivadas por meio de desconto na nota fiscal (antes de sua emissão) ou por meio de carta de desconto (após a emissão da nota fiscal).
- 7.2.4** Sem o desconto das glosas na fatura, os processos não poderão ser liquidados.
- 7.2.5** Em caso de descumprimento das cláusulas deste Termo de Referência (TR), independente de eventuais glosas a serem aplicadas, poderá haver retenção pelos seguintes critérios:

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

- A qualidade da execução da entrega será medida por meio dos indicadores estabelecidos abaixo;
- Quando os indicadores resultarem em valor acima de 06 (seis) pontos, além da glosa, poderá ser aplicada multa compensatória de forma proporcional à obrigação inadimplida, conforme sanção descrita neste Termo de Referência;
- A recorrência de motivos que levaram à aplicação de glosas poderá se configurar inexecução do objeto, situação sujeita a sanções administrativas;
- As glosas definidas em cada um dos indicadores podem ser aplicadas de forma acumulativa;
- O resultado da apuração da pontuação e respectivo percentual da glosa serão comunicados pelo fiscal, por meio de notificação formal, a então fornecedora, que terá prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da comunicação, para contestar;

INDICADOR	
SOMATÓRIO PONDERADO DE OCORRÊNCIAS (IRREGULARIDADES) APRESENTADAS	
ITEM	DESCRIÇÃO
FINALIDADE	Garantir que a entrega ocorra conforme especificações do Termo de Referência.
META A CUMPRIR	Fornecimento de 100% do quantitativo dentro das especificações do TR.
INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO	Planilha de controle de ocorrências.
FORMA DE ACOMPANHAMENTO	Verificar as datas das ocorrências.
PERIODICIDADE	De acordo com a entrega.
FORMA DE CÁLCULO	Somatório da pontuação obtida em cada ocorrência apontada dentro do período definido, conforme tabela de pontuação acumulada (abaixo).
INÍCIO	Data definida para entrega.
AIXAS DE GLOSA NO PAGAMENTO	Até 2 (dois) pontos = 100% da fatura, ou seja, não há glosa.
	De 3 a 4 pontos = 97% da Fatura, ou seja, glosa de 3% sobre o valor da NF.
	De 5 a 6 pontos = 95% da Fatura, ou seja, glosa de 5% sobre o valor da NF.
	Acima de 6 pontos = 90% da Fatura, ou seja, glosa, de 10% sobre o valor da NF.

OCORRÊNCIA	AFERIÇÃO	PONTUAÇÃO	Nº DE OCORRÊNCIA NO PERÍODO	PONTUAÇÃO TOTAL
Modificação na data da entrega sem prévio aviso.	Condicional à verificação pelo fiscal ou a comunicação formalizada a este, efetuada por servidor que tenha verificado sua ocorrência. Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência.	1		
Fornecimento em desconformidade com o determinado em Termo de Referência.	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	1		
Deixar de substituir os itens com defeito ou avarias detectados no fornecimento	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na data.	2		
Recusar-se a executar a entrega, sem motivo justificado ou determinação formal.	A empresa deverá justificar imediatamente a razão da inexecução.	2		
Não atendimento a qualquer outra obrigação expressa no Termo de Referência (TR) não especificada nesta tabela	Os registros das ocorrências serão individuais, ou seja, a cada fato verificado corresponderá uma ocorrência, podendo ocorrer o registro de várias ocorrências na mesma data.	1		
TOTAL				

8. Forma e critérios de seleção do fornecedor e pertinência da área técnica – qualificação técnica:

A seleção do fornecedor seguirá por Pregão Eletrônico (PE), com critério de julgamento de menor preço por item. Deverão ser entregues na etapa devida as amostras/catálogo e documentações necessárias, conforme descrito abaixo:

- Apresentação de Atestados de Capacidade Técnica por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando capacidade de fornecimento pertinente e compatível com o objeto da aquisição, considerando 25% (vinte e cinco por cento) do total de unidades;
- Será admitida a soma dos atestados ou certidões apresentados pela(s) Contratada(s), desde que sejam tecnicamente pertinentes e compatíveis em características e quantidades com o objeto a ser adquirido;
- A empresa declarada vencedora provisoriamente de melhor oferta deverá enviar amostra/catálogo do produto para aprovação, para endereço Rua Afonso Cavalcante nº 455, 8º andar, sala 814, Cidade Nova, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20211-110 - S/SUBG/CLA/GL no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da notificação formal, prorrogáveis, automaticamente, por igual período, desde que o licitante comprove, tempestivamente, o envio da amostra/catálogo, através do chat do certame dentro do prazo de três dias iniciais;
- Caberá à empresa encaminhar informações prestadas pelo fabricante através de impressos ou descritivos que devam acompanhar o produto;
- Inclusive em se tratando de validade, no que couber e dentro das especificações do fabricante, deverá constar informação em embalagem.

8.1. Justificativa para a exigência da qualificação técnica com indicação da parcela de maior relevância do objeto:

As exigências levantadas são as necessárias e suficientes para que seja realizada a análise por parte da área técnica que aqui subscreve, dentro dos padrões estabelecidos para o fornecimento, com a indicação de maior relevância abrangendo 25% (vinte e cinco por cento) concernentes à aquisição pretendida como o mínimo para comprovação de capacidade de fornecimento e pertinência com o objeto, considerando o Inseticida Larvicida.

Qualquer outro ponto elucidado para habilitação será matéria de observação de setor competente em conjunto com a manifestação emitida por esta Gerência para o devido prosseguimento do processo em epígrafe, não cabendo a esta área a avaliação de documentações jurídicas e econômico-financeiras.

A determinação da demonstração da qualificação técnica tem seu fundamento no princípio da eficiência, consagrado no Art. 37 da Carta Magna da República. Neste sentido, o professor Marçal Justen Filho leciona:

"A proposta deverá ser avaliada segundo os critérios de aceitabilidade determinados na lei e no edital. Esses critérios envolvem inclusive o padrão mínimo de qualidade aceitável. A administração não pode aceitar um objeto destituído da qualidade mínima necessária a satisfazer as necessidades a que se destina. O interesse em obter a proposta mais vantajosa não autoriza a administração a ignorar a qualidade mínima aceitável."

A requisição também se encontra balizada nas instruções preconizadas na letra do art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e em consonância com o entendimento exarado pela jurisprudência do Colendo Tribunal de Contas da União, no Acórdão 1.046/2014, dizendo que:

"No tocante ao receio expressado pelo CFC de que a falta de avaliação técnica das propostas poderia levar empresas sem capacitação a assumir a execução do objeto, partilho do entendimento da unidade técnica no sentido de que isso seria evitado com a definição, no termo de referência do pregão, dos padrões/especificações exigidos para a garantia de qualidade do serviço. Ademais, no pregão, a capacidade técnica não é ignorada, sendo sua análise tão somente transferida para momento posterior (fase de habilitação)".

Ora, acerca das exigências de qualificação técnica compatíveis com o objeto da licitação, cabe dizer, não caracterizam qualquer prejuízo ou restrição ao caráter competitivo do certame. Também o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou sobre o tema no julgamento do REsp nº 1.257.886/PE, 2ª T., rel. Min. Mauro Campbell Marques, j. em 03.11.2011, DJe de 11.11.2011):

"4. Não fere a igualdade entre os licitantes, nem tampouco a ampla competitividade entre eles, o condicionamento editalício referente à experiência prévia dos concorrentes no âmbito do objeto licitado, a pretexto de demonstração de qualificação técnica (...)

5. Os princípios da igualdade entre os concorrentes e da ampla competitividade não são absolutos, devendo ser ponderados com outros princípios próprios do campo das licitações, entre eles o da garantia da seleção da melhor proposta e o da segurança do serviço/produto licitado". (...)

Justifica-se, portanto, tal premissa tendo em vista a conjugação deste aos princípios norteadores da licitação, visto que, ainda, há previsão legal para tanto e, sendo essa alinhada à jurisprudência, nesses termos, percentuais e condições, tal imposição é:

- 1. Adequada** (a prévia experiência em atividades congêneres ou similares ao objeto licitado é medida que faz presumir, como meio a qualificação técnica o fim visado);
- 2. Necessária** (a prévia experiência em atividades congêneres ou similares ao objeto licitado é medida de fácil demonstração, autorizando a sumarização das exigências legais);
- 3. Proporcional** em sentido estrito (facilita a escolha da Administração Pública, porque nivela os competidores, uma vez que parte de uma qualificação mínima, permitindo, inclusive, o destaque objetivo das propostas mais vantajosas).

Assim, a qualificação técnica, como critério de seleção do fornecedor/prestador de serviços, se mostra imprescindível para uma contratação/aquisição equilibrada prezando pela qualidade mínima, experiência e compatibilidade necessária, como forma de garantir condições adequadas para suprir sua destinação em sua plenitude visando o interesse público e atendimento à coletividade.

9. Estimativa do valor da aquisição:

Os trabalhos de levantamento qualitativo de mercado (que resultarão na definição das especificações e descritivos) ocorrem com a prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, em que deve considerar entre outras opções as contratações similares feitas por outros órgãos e entidades.

Informamos que os parâmetros pesquisados pela SUBG (setor com capacidade técnica e expertise da Secretaria que trata o assunto), em fase de composição de mapa de preços, contemplam de forma ampla, pesquisas e consultas com empresas que desempenham atividades pertinentes e compatíveis com o objeto que se deseja adquirir, e ainda consultas as ferramentas disponibilizadas pelo Governo Federal com dados e informações de compras públicas homologadas no Sistema do Governo, com especificações integradas que visa à padronização de produtos e serviços adquiridos pelos entes federativos como: Sistema de Registro de Preços – Compras Net, Painele de Preços do Ministério da Economia, Banco de Preços e Sistema de Informações Gerenciais – SIG e internet. Assim sendo, a estimativa da aquisição será informada em tempo pelo setor responsável pelo mapa de pesquisa.

9.1. Série Histórica e Memória de Cálculo

Processo	ATA	Vigência		Fornecedor	Produto	Quantidade adquirida	ValorTotal
SMS-PRO-2023/29160	Inexigibilidade	18/01/2024	17/01/2025	SAPO SANEAMENTO AMBIENTAL PROJETOS E OPERAÇÕES LTDA	PASTILHAS DE LARVICIDA NATULAR	200.000	R\$ 840.000,00

10. Adequação orçamentária:

A adequação orçamentária caberá ao setor competente pelo tema, em etapa pertinente para providências e em conformação com o planejamento orçamentário que consta previsto na Lei nº. 9.276, de 13 de janeiro de 2026, que estima a Receita e Fixa a Despesa do Município do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2026 (Lei Orçamentária Anual - LOA); na Lei nº. 9.275, de 13 de janeiro de 2026, que institui o Plano Plurianual (PPA) do Município do Rio de Janeiro para o quadriênio 2026 a 2029; na Lei nº 8.994, de 17 de julho de 2025, que trata das Diretrizes Orçamentárias para o Exercício Financeiro de 2026; e no Decreto Rio nº 57.500, de 23 de janeiro de 2026, que aprova o Detalhamento da Despesa do Poder Executivo para o exercício 2026, adequado ao Decreto nº 57.498, de 23 de janeiro de 2026, e ao Decreto nº 57.499, de 23 de janeiro de 2026.

A despesa deverá ocorrer através do Programa de Trabalho 18.01.10.0305.308.2970, Natureza de Despesa 339030 e Fonte de Recurso 1600182.

11. Definição do regime e do local da entrega:

Conforme descrito no subitem 1.3.1 deste Termo:

As entregas deverão ser realizadas no endereço da Unidade de acordo com o **ANEXO I**;

As entregas ocorrerão de forma centralizada e parcelada, conforme necessidade da Unidade requisitante tendo o prazo de 30 dias para entrega após a assinatura de instrumento pertinente.

12. Elementos necessários à gestão da aquisição, na forma do art. 41 do Decreto Rio nº 51.629/2022:

Seguindo a ordem dos incisos do dispositivo legal:

I - Cronograma de execução física, com os principais serviços ou bens que a compõem e a previsão estimada de desembolso para cada uma delas, e financeira, contendo o detalhamento das etapas ou fases da solução a ser contratada – não é pertinente a esta área técnica, restando tal manifestação a cargo de setor competente;

II - Fixação de critérios de avaliação dos serviços prestados (no presente caso, aquisição) – IMR (Instrumento de Medição de Resultado) para avaliação da entrega no item 7.2;

III - Indicação dos quantitativos demandados para planejamento e gestão das necessidades – item 1.3;

IV - Garantia de inspeções e diligências, quando aplicável, e sua forma de exercício – Não aplicável;

V - Definição dos meios, físicos ou digitais, para comunicação entre o contratante e o contratado – Item 1.1;

VI - Exigência ou não de garantia contratual, na forma dos arts. 96 a 102 da Lei Federal nº 14.133/2021 – Não aplicável para presente aquisição.

13. Divisibilidade do aspecto de cota ou exclusividade para ME e EPP:

A demanda é disposta em item, conforme critério de julgamento adotado, com entrega parcelada, ou seja, não haverá o esgotamento do total na primeira compra, assim sendo a entrega se dará de acordo com a necessidade.

Tratando do caráter de divisibilidade quanto a ME e EPP, o objeto se configura com a possibilidade da divisibilidade, com base na Lei Complementar n.º 123/2006 c/c a Resolução SMA n.º 1594/2010, Decreto Rio n.º 31.349/2009, normativas aplicáveis e conforme conclusão de pesquisa de preço.

14. Preponderância de mão de obra e finalidade:

Este processo trata de aquisição, não havendo, portanto, preponderância de mão de obra.

15. Considerações finais:

15.1. As partes se obrigam igualmente ao disposto em Termo de Referência (TR);

15.2. A CONTRATADA fica obrigada, de acordo com o Art. 441 do Regulamento Geral do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro - RGCAF, a despende o pagamento relativo aos instrumentos contratuais referentes à publicação em extrato no órgão oficial do

Município, no prazo de 20 (vinte) dias contados da assinatura, observando-se o modelo que consta no anexo da Resolução SEGOVI nº 84, de 09 de março de 2022, que dispõe sobre a publicação de extratos de instrumentos contratuais no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 20 de maio de 2026.

Maria Carolina Leite Pereira
Subgerente IV – S/IVISA-RIO/CTATS/GAO/SH
Matrícula: 12/263.215-6

Leonardo Fernandes Valladares
Gerente III – S/IVISA-RIO/CTATS/GAO
Matrícula: 11/271.520-9

ANEXO I – ENDEREÇO DA UNIDADE

UNIDADE:	ENDEREÇO:
S/SUBPAV/SVS/CVSA – Almoxarifado	Rua Roque Barbosa s/n Jardim Bangu, CEP 21.863-425 - VILA OLÍMPICA - POLO CALÇADISTA.



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO FERNANDES VALLADARES**, Gerente III, em 20/05/2026, às 13:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 26 do [Decreto Rio nº 57.250, de 19 de novembro de 2025](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA CAROLINA LEITE PEREIRA**, Subgerente IV, em 20/05/2026, às 13:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 26 do [Decreto Rio nº 57.250, de 19 de novembro de 2025](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://prefeitura.sei.rio/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0&cv=4209743&crc=2680CD14, informando o código verificador **4209743** e o código CRC **2680CD14**.